



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**RAQUEL DOS SANTOS CARDOSO**

**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM  
MICROCEFALIA**

Altamira, Pará  
2018

Raquel dos Santos Cardoso

**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM  
MICROCEFALIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Educação do *Campus* Universitário de  
Altamira da Universidade Federal do Pará, para obtenção  
do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscilla Bellard M. de Souza

Altamira, Pará  
2018

**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM  
MICROCEFALIA**

Elaborado por

**RAQUEL DOS SANTOS CARDOSO**

Como requisito parcial para obtenção do grau de

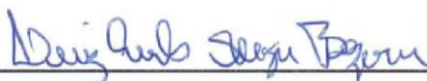
**Licenciada em Pedagogia**

**Aprovado em 19/02/2018**




---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscilla Bellard Mendes de Souza  
(Orientadora)



---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Luiz Carlos Souza Bezerra  
(Membro da Banca Examinadora)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irlanda do Socorro de Oliveira Mileo  
(Membro da Banca Examinadora)

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da  
Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a)

---

C268p Cardoso, Raquel dos Santos  
Processo de Escolarização : Estudo de Caso de um Aluno com Microcefalia / Raquel dos  
Santos Cardoso.  
— 2018  
44 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Campus  
Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Priscilla Bellard Mendes de Souza

1. Microcefalia. 2. Inclusão. 3. Escolarização. I. Souza, Priscilla Bellard Mendes de, *orient.* II.  
Título

---

CDD 371.952

## [DEDICATÓRIA]

Dedico esse trabalho à minha família, as pessoas que cuidam de crianças com deficiência e a todos que contribuíram direto e indiretamente ao meu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar este momento e ter me dado sempre forças e saúde durante toda essa trajetória para a minha formação do curso!

Aos meus pais Antônio e Socorro, e toda minha família pelo encorajamento em lutar pelos meus sonhos e pela minha criação. Se hoje eu conseguir chegar até aqui, foi por vocês, pois são minhas maiores forças, amo vocês!

Ao meu esposo Sandro, pela força de todos os dias, por me ajudar nos momentos que tentei desistir, pela compreensão em dias difíceis e pelo seu amor. Te amo muito!

À Universidade Federal do Pará, *Campus* de Altamira, por me proporcionar essa oportunidade de formação. Sou grata a cada membro docente, à direção e a administração dessa instituição de ensino.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscilla Bellard, o que dizer desta grande mulher, uma pessoa admirável pela sua competência, um exemplo de educadora, fui privilegiada em ser sua orientanda, minha melhor escolha sem dúvida. Agradeço pela paciência que teve comigo neste momento tão importante da minha vida. Tens toda a minha admiração e respeito!

A Prof.<sup>a</sup> M. Sc. Regina Celi, que no momento da minha angústia emocional foi minha luz. É uma pessoa admirável, tens todo o meu respeito e admiração!

Às minhas amigas Beatriz Meireles e Luana Matos, pelo companheirismo diário e motivações ao longo desta jornada, e aos meus colegas de turma!

A minha equipe de Esporte de Altamira Gama Handebol Clube pelas motivações em colocar sempre em primeiro lugar a educação do atleta!

E a todos que me ajudaram nessa trajetória, meus sinceros agradecimentos.

**OBRIGADA MEU DEUS!**

Para que a inclusão se concretize é necessário repensar a forma com que as escolas estão organizadas e coloca em prática o princípio da educação inclusiva, que é educação para todos (SILVA; ARRUDA, 2014).

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
COFFITO	Conselho Brasileiro de Fisioterapia Ocupacional
E.M.E.F	Escola Municipal de Ensino Fundamental
LDBEN	Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCDs	Pessoas com Deficiência
PC	Perímetro Cefálico
PROAME	Programa de Aleitamento Materno Exclusivo
SUS	Sistema Único de Saúde
SNC	Sistema Nervoso Central
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM MICROCEFALIA .....	12
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 A MICROCEFALIA.....	13
1.2 O PROCESSO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCDs) ....	15
2 MÉTODO .....	17
2.1 Participantes.....	17
2.2 Ambiente.....	17
2.3 Procedimentos éticos e de coleta de dados .....	17
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
3.1 Caracterização dos participantes.....	18
3.2 A possível causa: primeira reação sobre a notícia .....	19
3.3 Rejeição do pai e da família.....	20
3.4 Instituição Especializada de Altamira/PA .....	22
3.5 Inclusão no processo de escolarização de John .....	23
3.6 Preconceito na escola.....	24
3.7 Impacto docente ao trabalhar com criança com deficiência em sala de aula.....	25
3.8 Alfabetização de uma criança com deficiência e a sua interação no ambiente escolar ..	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
REFERÊNCIAS .....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TCC.....	32
ANEXOS E APÊNDICES .....	34

## APRESENTAÇÃO

O processo de escolarização é constituído pela instituição escolar, e neste espaço de ensino, aprendizagem, conhecimentos e interação social asseguram-se a formação dos educandos para se viver em sociedade. Neste sentido é fundamental a inclusão de todas as pessoas, especialmente as que apresentam alguma necessidade especial, sendo caracterizada como pessoas com deficiências (PCDs) convivendo no mesmo espaço físico de educação.

Os estudos designados sobre a escolarização de crianças com microcefalia, que carregam consigo dificuldades como alterações significativas do sistema nervoso central em diferentes graus, ainda não se encontram muito expandidos, dificultando o entendimento de como se dá este processo educacional, e interação social desses alunos. Por esse motivo, é fundamental que a escola se encontre amparada pelas políticas públicas, uma vez que estas asseguram que todas PCDs tenham o acesso à escola e o direito a educação. E neste mesmo contexto da escolarização é importante enfatizar o trabalho da docente nesta discursão. Desta forma, pergunta-se: Será que o professor se encontra preparado para atuar em sala de aula com uma criança deficiente? Tem alguma formação na educação inclusiva? Quais são seus desafios? Estas respostas, são fatores importantes para a inclusão desse aluno em sala de aula. Nesta mesma conjunção, o papel e o apoio da família são indispensáveis para a luta dos direitos dessa criança para a inclusão ao ingresso escolar, vivendo em sociedade como cidadão pleno.

Durante o estágio supervisionado na educação especial obrigatório ao curso de Pedagogia da UFPA que possibilita a ampliação de conhecimentos dos discentes de acordo com as situações reais, é vivenciado no dia a dia às pluralidades da realidade do ensino no contexto educacional, sendo uma prática investigadora e sem dúvida é uma experiência de extrema importância para a formação docente. A experiência vivenciada pelo estágio na instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Altamira-PA possibilitou-me a oportunidade de observar e também intervir na instituição. Neste espaço, o que chamou bastante atenção foram às crianças com microcefalia que eram atendidas, pois até então, nunca tinha visto e nem me aproximado de casos referentes. Dessa forma, surgiu o interesse no estudo em buscar a conhecer as crianças com microcefalia e seu processo educacional.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um estudo de caso, tendo como objetivo compreender a percepção da mãe e da professora no processo de escolarização da criança com microcefalia na rede pública de ensino, estando estruturado no formato de artigo, de

acordo com a Resolução FAE nº 1 de 2017, que regulamenta a elaboração, orientação, defesa e avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos de graduação da Faculdade de Educação, FAE/UFPA e segue as regras de formatação para a submissão de manuscritos no periódico Revista Cocar (ISSN eletrônico 2237-0315 e ISSN Impresso 1981-9269), Qualis CAPES: B1 Educação e A2 Ensino, cujas normas encontram-se no Anexo A.

Após a apresentação do estudo que compõe este Trabalho de Conclusão de Curso, apresentam-se as considerações finais do TCC, as referências, anexos e apêndices.

**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM  
MICROCEFALIA**

*SCHOOLING PROCESS: A CASE STUDY OF A STUDENT WITH MICROCEPHALY*

Raquel dos Santos Cardoso  
Priscilla Bellard M. de Souza  
Universidade Federal do Pará – UFPA

**RESUMO:** O estudo tem como objetivo analisar a percepção da mãe e da professora sobre o processo de escolarização da criança com microcefalia na cidade de Altamira na região da Transamazônica-Xingu, Pará. Como método de pesquisa adotou-se um estudo de caso descritivo com a abordagem qualitativa realizado com a mãe da criança com microcefalia e com a professora, utilizando-se um questionário semiestruturado cujos dados foram gravados e transcritos. Neste estudo, os resultados evidenciaram tanto a mãe quanto a professora apresentaram percepções positivas diante do processo de escolarização da criança com microcefalia. Conclui-se que a luta pelos direitos de igualdade no processo de escolarização e permanência da criança com deficiência na escola é garantido por lei, e a escola, espaço de conhecimento e aprendizagem deve garantir a inclusão desta criança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Microcefalia. Inclusão. Escolarização.

**ABSTRACT:** The purpose of this study is to analyze the perception of the mother and the teacher over the schooling process of the child with microcephaly in the city of Altamira in the Transamazônica-Xingu region, Pará. As a research method, a descriptive case study was used with the qualitative approach performed with the mother of the child with microcephaly and with the teacher, using a semi-structured questionnaire whose data were recorded and transcribed. In this study, the results showed that both the mother and the teacher presented positive perceptions regarding the schooling process of the child with microcephaly. It is concluded that the fight for equality rights in the process of schooling and permanence of children with disabilities in school is guaranteed by law, and the school, space of knowledge and learning must ensure the inclusion of this child.

**KEYWORDS:** Microcephaly. Inclusion. Schooling.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 A MICROCEFALIA

A sociedade brasileira vivencia inúmeros casos alarmante de microcefalia, causando uma situação preocupante principalmente para as mulheres gestantes que se encontram mais propícias a esta condição de vulnerabilidade. De acordo com Norbert et al. (2016, p.1), a microcefalia é caracterizada como uma malformação congênita no perímetro cefálico (PC) do bebê, medindo inferior a 33 cm, que é a média considerada normal. Segundo Felix e Farias (2017, p.3), a microcefalia é um sinal clínico e não uma doença.

No Brasil especificamente na região Nordeste houve casos de ocorrências de microcefalia, sendo notificado pela Secretaria Estadual de Saúde com 26 casos acontecidos no de ano de 2015 no Estado de Pernambuco, e juntamente com o apoio do Ministério de Saúde foi feito o alerta na associação entre o surgimento de microcefalia e o vírus zika, sendo este um flavivírus transmitido pelo mosquito *aedes aegypti* (BRASIL, 2015a). Além disso, foram consolidadas evidências que corroboram o reconhecimento da relação entre a presença do vírus zika e o aumento da ocorrência de casos de microcefalia no País (BRASIL, 2016b). Tornando-se um problema de saúde pública, significando uma questão muito séria a ser debatido.

Nunes et al. (2016) destacam que, a recente descoberta adverte que há outros fatores que podem ocasionar a microcefalia além da picada do mosquito contaminado, como a relação sexual da pessoa infectada pelo vírus zika, citomegalovírus, herpes viral, rubéola, HIV, ausência de vacinas ou tratamento específico; e além destes a exposição de drogas, bebidas alcoólicas, substâncias tóxicas, irradiação, carências nutricionais também pode levar a má-formação do bebê originando a microcefalia. Os casos de microcefalia se relacionam a várias questões que acometem esse problema, afetando diretamente o bebê no período gestacional, causando sequelas irreversíveis e deixando-o comprometido.

Assim, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a microcefalia é qualificada pela medida do crânio realizada pelo menos 24 horas após o nascimento e dentro da primeira semana de vida do neonato, por meio de técnica e equipamentos padronizados em que o (PC) apresente medida menor que menos dois (-2) desvios-padrões abaixo da média normal específica para o sexo e idade gestacional é considerado microcefálico, e a medida menor que menos três (-3) desvios-padrões é definida como microcefalia grave, assim levando a má-formação congênita no bebê (BRASIL, 2016a).

Figura 1: Diferentes tamanhos de perímetro cefálico (PC), de um bebê normal e bebês com malformação congênita.



Fonte: <http://poucomais.com/microcefalia-dengue-sintomas-da-zika-saiba-tudo-sobre/>

Norbert et al. (2016, p.2) ressaltam que, “a maioria dos casos de microcefalia é acompanhada de alterações motoras e cognitivas que variam de acordo com o grau de acometimento cerebral”. Ministério da Saúde que corrobora com o Protocolo de Vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC) enfatizam que, embora não haja tratamento específico para este caso, existem ações de suporte que podem auxiliar no desenvolvimento do bebê e da criança, e este acompanhamento é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2016a).

O Conselho Brasileiro de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional (COFFITO) apresenta uma cartilha contendo subsídios básicos sobre a microcefalia e menciona que após o diagnóstico o tratamento deve ser iniciado, assim a criança com microcefalia deve ser atendida por uma equipe de saúde interdisciplinar constituída por no mínimo, assistente social, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico, odontólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional (COFFITO, 2016).

A partir do acometimento apresentado pela microcefalia mostra-se que é necessário um acompanhamento devido ao distúrbio de desenvolvimento ocasionado por lesões e má-formações do sistema nervoso central na criança, geralmente ocasionando distúrbio sensório-perceptivo-motor (NORBERT et al., 2016). Destaca-se que cada criança desenvolve complicações diferentes, entre elas são as respiratórias, neurológicas e motoras, o acompanhamento por diferentes especialistas vai depender das funções que ficarem comprometidas (BRASIL, 2016a).

Contudo, a microcefalia pode afetar de forma diferente cada bebê dependendo da área e da extensão do cérebro que foi atingida, podendo assim apresentar déficits cognitivos, físicos, auditivos e visuais, portanto devem receber acompanhamentos precoces na área da

saúde para que os estímulos sejam respondidos mais rápidos (COFFITO, 2016). A inclusão da criança com microcefalia no ambiente escolar precisa ser oportunizada neste espaço, a mesma apresenta dificuldade na aprendizagem devido seus acometimentos causado pela microcefalia, implicando em seu desenvolvimento no espaço escolar, mas deve ser garantindo o seu direito a escolarização.

## **1.2 O PROCESSO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (PCDs)**

A educação inclusiva é um dos maiores enfrentamento encarado pela sociedade, e o processo de inclusão do aluno com deficiência na escola passa por grandes desafios que garantem a sua permanência e que atribua para sua aprendizagem como pessoa de direito. Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é previsto no capítulo IV, de nº 13.146, de julho de 2015 estabelece no art.27 que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015b).

De acordo com Floriani (2017, p.4) [...] “a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, prevista na legislação, precisa acontecer na prática”. É necessário discorrer sobre a garantia pelo direito no processo de escolarização das PCDs.

Contudo, esse direito se consolidou a partir da elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, se tratando sobre os princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, e foi situada como marco histórico na luta pela inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, declarando uma educação igualitária para todos sem distinção de crianças, jovens e adultos, mas reconhecendo a necessidade de cada um, e os colocando sob garantias educacionais. A Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção (UNESCO, 1994, p.11-12) expressa que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversidades dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades.

Em Salamanca, destaca termos como acesso e qualidade na importância do princípio da educação inclusiva, significando basicamente a aprovação de todas as crianças nas escolas regulares no sistema educativo, e reconhecendo a necessidade das PCDs.

De acordo com Silva e Carneiro (2016, p.936) destacam que;

As escolas devem se modificar e encontrar formas de educar com sucesso essas crianças, e participar nas modificações das atitudes discriminatórias e na construção de sociedades acolhedoras e inclusivas onde se acentuem as potencialidades das pessoas com deficiências e ou impedimentos educacionais e, que a aprendizagem se adapte as necessidades desses alunos em vez de serem eles que devam se adaptar a concepções predeterminadas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva tem como principal objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência dentre outros transtornos, portanto orientando os sistemas de ensino para garantir:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para inclusão [...] (BRASIL, 2008, p.14).

De acordo com a Lei de nº 9.394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), garante em seu art.2º que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, e no art.3º situa que o ensino será ministrado com os seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. São leis de direitos que ao estabelecer suas ações e metas tem como diretriz atuar na inclusão dessas pessoas os assegurando a fazer parte da sociedade:

Para além das matrículas é fundamental pensar em estratégias que efetivem a permanência e participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares, dado que apesar de ter muitas recomendações nos documentos legais referentes a Educação Especial/Inclusão Escolar [...] (SILVA; CARNEIRO, 2016, p.938).

No meio educacional a inclusão de crianças com microcefalia deve ser desenvolvida na prática embasada nas discussões teóricas e legais que discorrem, orientam e garantem a essa criança direito ao acesso, a permanência e ao conhecimento. Nessa perspectiva, a educação inclusiva vem ganhando espaços tanto no meio social, quanto educacional, rompendo paradigmas e fazendo da educação uma inclusão que seja mais humana e de qualidade para todos diante da complexidade que a criança com microcefalia enfrenta.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar a percepção da mãe e da professora sobre o processo de escolarização da criança com microcefalia na cidade de Altamira na região da Transamazônica-Xingu/ Pará.

## **2 MÉTODO**

A pesquisa adotou um estudo de caso descritivo com abordagem qualitativa, partindo de questões semiestruturadas.

Gil (2008, p.58) ressalta que, “o estudo de caso vêm sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais” [...]. Assim, contribuindo e descrevendo as pesquisas em diferentes propostas, onde estão sendo exploradas de acordo com o contexto da investigação.

A abordagem qualitativa traz características importantes que contribuem de maneira positiva para o desenvolvimento da pesquisa, que segundo Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento entre relações variáveis [...]”. Sendo de muita importância para subsidiar o trabalho de acordo com as descrições apuradas.

### **2.1 Participantes**

Os participantes da pesquisa foram uma mãe que é a principal cuidadora da criança com microcefalia, e a professora da mesma criança matriculada no 3º ano no ensino regular em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (E.M.E.F) de Altamira.

### **2.2 Ambiente**

Os contextos da pesquisa foram a Instituição Especializada de Altamira/PA a qual atende pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, e uma E.M.E.F da região de Altamira-PA.

### **2.3 Procedimentos éticos e de coleta de dados**

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil que é uma base nacional unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos e aguarda parecer, assim sendo para procedimentos éticos. Para às Instituições investigadas foram entregues Termos de autorização e para os participantes foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos para preservar as identidades dos sujeitos da pesquisa. E por motivos éticos nesse estudo a mãe, a criança e a professora serão tratadas com os nomes fictícios. A mãe como Sol, a criança com microcefalia como John e a professora como Mary.

O primeiro momento da pesquisa se constituiu em identificar junto à secretaria da instituição especializada, dados relacionados à movimentação das pessoas com microcefalia atendidos pela instituição. A partir desse levantamento de dados foram identificados 13

peças com diagnóstico de microcefalia na unidade, e destes 13 apresentados, apenas um estudava. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista com questões abertas com a mãe da criança com microcefalia e com a professora da escola onde ele estuda. Após a assinatura do termo e com o consentimento da mãe e da professora, a entrevista foi gravada em áudio para posteriormente ser analisada e transcrita de acordo com as falas de fato.

A mãe da criança com microcefalia foi identificada por meio de uma lista da instituição dos pais/cuidadores responsáveis pelas pessoas que fazem acompanhamento, e assim foi contatada por telefone sendo convidada a participar do estudo, por motivo que somente seu filho está no ensino regular devidamente matriculado, e a partir de sua resposta positiva em participar do estudo foi marcada uma entrevista em sua residência. E com a professora, a entrevista seguiu em seu ambiente de trabalho, a sala de aula.

O roteiro de entrevista semiestruturada continha perguntas abertas sobre a reação do diagnóstico e a possível causa, rejeição familiar, acompanhamentos que a criança faz na instituição especializada de Altamira, inclusão no processo de escolarização, preconceito na escola, impacto docente ao trabalhar com criança com deficiência em sala de aula, alfabetização de uma criança com deficiência e a sua interação no ambiente escolar, que se encontra no Apêndice D.

As respostas obtidas por áudio foram transcritas e analisadas a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 Caracterização dos participantes**

A primeira participante deste estudo foi a mãe de 36 anos, com ensino médio completo e no momento desempenha a função de diarista. Sendo mãe solteira de três filhos, os primeiros filhos são gêmeos com idade de nove anos, um tem microcefalia e o outro apresenta hiperatividade e seu terceiro filho de cinco anos não apresenta nenhuma deficiência.

A criança deste estudo tem nove anos, o seu acompanhamento na instituição especializada começou aos dois anos de idade, frequentou a creche aos três anos de idade e permaneceu dois anos, logo em seguida foi para o jardim 1º e 2º de uma escola pública do ensino infantil, e após dois anos de jardim foi para uma escola pública de ensino regular e atualmente cursa o 3º ano do ensino fundamental.

A professora da criança participante do estudo tem 52 anos, leciona na E.M.E.F do município de Altamira, contendo somente o magistério com 18 anos de atuação na área de educação, mas estando em formação na graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

### **3.2 A possível causa: primeira reação sobre a notícia**

A mãe participante com o nome fictício Sol relatou que no começo não suspeitava da gravidez e que a sua vida cotidiana seguia normalmente com suas rotinas diárias, que depois do trabalho a mesma jogava futebol como de costume. E nesse período de não saber que estava gestante, sofreu um pequeno acidente, ocorrido no dia que estava jogando futebol.

*No começo da minha gestação eu não sabia que estava grávida, e perto de dois meses jogando futebol eu levei uma pancada na barriga. Até então eu não sentia nada, fiz o teste de sangue e deu positivo. E na ultrassom com cinco meses vi que era gêmeos (SOL).*

Para Barreto et al. (2013), discutem que atenção pré-natal é um processo que busca avaliar no período gestacional da saúde da mulher e do seu feto que está em desenvolvimento, assim assegurando uma prevenção ou tratamento a partir dos fatores identificados durante a assistência do pré-natal. No período gestacional, o corpo da mulher passa por alterações fisiológicas e emocionais criando expectativas, preocupações, angústia, comoção, se torna um momento necessário e importante para ter um auxílio adequado à saúde da gestante devido às transformações ocorrida em seu corpo durante a gestação (MARTINS et al., 2015).

A gestação foi muito tranquila seguiu até os nove meses, foi um parto Cesário, pois devido à gemelaridade não tinha passagem para ser normal. O seu aguardo aos primogênitos era de muita felicidade e ansiedade em vê-los. De acordo com Sales (2017, p.2), à espera de uma criança “durante o período gestacional até o nascimento do bebê, há por parte da família uma gama de sentimentos, planos expectativas, idealizações, quando ocorre o nascimento da criança” [...].

No primeiro momento do nascimento dos gêmeos aparentemente não tinha sido possível identificar algum tipo de deficiência, ou atipicidade. Logo após uma semana, a mãe realizou sua primeira visita ao Programa de Aleitamento Materno Exclusivo (PROAME).

*Foi depois de uma semana que ele nasceu, eu o coloquei no PROAME, e a médica viu ele e pediu um exame na cabecinha dele, porque ela viu a cabecinha dele era menorzinha, e depois disso me encaminharam para o Hospital Regional de Altamira (SOL).*

Malformação congênita é uma anomalia estrutural presente no nascimento, incluindo toda anomalia funcional ou estrutural do desenvolvimento do feto, decorrente de

fator originado antes do nascimento, podendo ser genético, ambiental ou desconhecido (ROECKER et al., 2012 *apud* FELIX; FARIAS, 2017, p.2). De acordo com a equipe médica, a possível causa mais próxima para a microcefalia consistiu nas consequências sofridas pela pancada que a mãe sofreu durante a partida de futebol no início da gravidez. O diagnóstico preciso só foi possível por determinados exames específicos comprovando que seu filho é um bebê com microcefalia. Neste contexto de descoberta, a reação de Sol foi de impacto, medo por não conhecer do que se tratava, conforme observado em seu relato:

*Quem deu o diagnóstico foi o médico [...] fiquei sabendo através desse exame que a médica pediu, e foi feito no Hospital Regional daqui de Altamira. A médica disse assim, mãezinha não se assuste, mas seu filho tem microcefalia. Nesse momento a gente vai ao outro mundo e volta, por eu não conhecer, por ter uma vida assim, por trabalhar de doméstica (SOL).*

O nascimento de um bebê com deficiência causa um impacto emocional muito grande, afetando os pais e familiares pelo diagnóstico, desconstruindo uma idealização feita antes do nascimento do bebê. (SALES, 2017, p.8). Nesta perspectiva Franco (2015, p.209) menciona que, “ao nascerem com uma deficiência, ou quando essa alteração grave do seu desenvolvimento é identificada, há uma ruptura do percurso de desenvolvimento dessa criança, da sua família e da lidação entre ambos”. É notório na fala da mãe diante ao diagnóstico do filho a preocupação e o receio por não conhecer o que seria a microcefalia e como iria lhe dar com essa nova situação:

*No momento a gente não quer acreditar, mas eu entreguei nas mãos de Deus, porque é filho temos que aceitar da forma que vier se Deus me deu ele, eu tenho que aceitar do jeito que ele é (SOL).*

Sales (2017, p.11) “As famílias após o período de idealização, luto e aceitação do filho com deficiência, é chegado o momento no qual a família irá preocupar-se com desenvolvimento desta criança”. É perceptível na fala da mãe a sua preocupação em como vivenciar essa situação diante da condição econômica da família, pelo fato de ser diarista e ser mãe solteira. É um momento que a mãe necessita de um amparo emocional e psicológico diante desta situação que conseqüentemente seus pensamentos estão abalados podendo ocasionar um sentimento de culpa.

### **3.3 Rejeição do pai e da família**

Em seu relato, Sol menciona que não teve o apoio do pai da criança na sua gestação, até antes mesmo de saber do diagnóstico do filho. A ausência da figura paterna envolve uma gama de sentimentos e emoções da mãe ao se deparar que está sozinha:

*Minha relação com pai dele foi só uma paixão, e no momento que mais precisei foi nos cinco meses que falei que estava grávida de gêmeos, e o pai simplesmente virou as costas pra mim e disse para ir atrás do pai (SOL).*

Por ser a sua primeira gestação, Sol não escondeu sua tristeza por ter sido abandonada pelo pai dos seus filhos.

O aborto paterno geralmente está associado à ideia de relacionamento que chegam ao final antes do nascimento da prole e os genitores paternos simplesmente abandonam suas ex-companheiras ou ex-esposas na tentativa de seguir com sua vida como se fosse possível apagar tudo aquilo vivido, inclusive a vida do nascituro [...] (TAQUARY, 2016, p.102).

Após o nascimento das crianças, o choque ao saber do diagnóstico de um filho com microcefalia foi de imediato a não aceitação do mesmo, que inclusive não afeta somente a mãe em si, mas o pai da criança após notícia. Para Franco (2015, p.210), a aceitação não é um processo fácil, mas que torna um sentimento passivo, no entanto não se pode evitar à mudança de comportamento dos pais responsáveis gerando emocionalmente uma negação, culpa, revolta e outros sentimentos que estão interligados no impacto do diagnóstico. Segundo a mãe em seu relato carregado de angústia ressalta que:

*Uma vez quando eles eram bebezinhos, o pai deles chegou em casa e pegou somente o outro bebê no colo, e eu pedir para ele também pegar no colo o outro que era o John, ele disse que o John babava e que não ia pegar, pois não era filho dele (SOL).*

Para Felix e Farias (2017), o papel do pai na família é ser o provedor e a base para as situações familiares, ter a responsabilidade em da condição na criação de uma criança com malformação congênita potencializa cada vez mais a cobrança em seu papel de genitor, colocando em questão que a sua ligação afetiva com o filho e menos intensa do que com a mãe é por isso que é cobrado de alguma forma.

*O pai não tem contato com ele, se ele despreza meu filho, como posso ter contato com ele? (SOL).*

Fica em evidência a frustração e a tristeza da mãe em relação ao não ter o apoio totalmente do pai da criança no momento tão preciso e sensível da sua vida, mas se mostra forte desde o começo. E de acordo com a fala da Sol, enfatiza ainda que não teve apoio absoluto por parte da sua própria família:

*Minha própria família discrimina meus filhos, principalmente o John que tem a microcefalia. Eu não tenho muito apoio deles (SOL).*

O apoio familiar é indispensável em qual quer situação, entretanto para Sales (2017, p.11) “a família pode tornar-se uma rede de apoio ou do contrário, uma fonte impeditiva no

processo de desenvolvimento de seu filho (a), sejam deficientes ou não”. Sem desistir e enfrentando tudo sozinha, Sol impõe aos familiares que precisa de apoio ou que pelo menos respeitem os seus filhos do jeito que eles são:

*Através de muitas conversas vejo algumas diferenças, mas é pouco, então o apoio deles eu não tenho (SOL).*

De acordo com Sales (2017), o papel da família exerce uma base significativa para o desenvolvimento da criança com deficiência neste âmbito, com apoio familiar ou de qualquer parte que venha neste momento se faz fundamental para enfrentar os próprios desafios de acordo com a realidade.

### **3.4 Instituição Especializada de Altamira/PA**

A Instituição Especializada de Altamira/PA, faz atendimento à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, atendendo a comunidade local e também da região da Transamazônica-Xingu, assim desenvolvendo um trabalho de coordenação motora, cognitivo e social. A mãe destaca que ao conhecer a instituição foi a melhor coisa que aconteceu no momento que mais precisou, seu primeiro contato foi da seguinte forma:

*Eu cheguei até a instituição através dos meus patrões, porque eles têm parceria e sempre ajudaram lá. Devido John com dois anos não andar e só ficar sentadinho, eles pediram pra me colocar os gêmeos lá, por um ter microcefalia e o outro por ser hiperativo. Ai, eu coloquei pra ver o desenvolvimento deles (SOL).*

A instituição garante um atendimento especializado para as PCDs que são crianças, adolescentes, jovens e adultos, sendo atendidas por profissionais especializados em suas especificidades em múltiplas deficiências, oferecendo salas de fisioterapia, fonoaudiologia, odontologia, atividades físicas, pedagógicas e lazer.

*O John faz com fonoaudiólogo, faz natação e já fez fisioterapia quando era menor, mas ai hoje como a demanda é grande ele não faz mais, vai dando lugar para os menores que estão chegando. Ele tem sete anos na instituição especializada (SOL).*

A instituição ajuda muitas pessoas, promovendo ações solidárias prestando serviço e apoio às famílias da comunidade, apostando em uma qualidade de vida a essas pessoas com necessidades, mostrando a elas que também fazem parte da sociedade. Ressalta-se que na região da transamazônica/Xingu a instituição especializada de Altamira constitui-se como única instituição à pessoa com deficiência na região, tendo papel fulcral no desenvolvimento destas pessoas.

### 3.5 Inclusão no processo de escolarização de John

As necessidades de inclusão são evidentes na escola, mostrando ser um tema de grande relevância e vem ganhando seu espaço em debates e discussões que explicitam a necessidade da escola atender às diferenças intrínsecas à condição humana (SILVEIRA; NEVES, 2006). Mas, para o sistema educativo promover um olhar intrínseco sobre a questão da inclusão escolar das PCDs é preciso à sociedade juntamente com os pais e educadores assumir essa responsabilidade, caminhando juntos para promover essa fundamental mudança na vida das pessoas com deficiência.

A educação especial de acordo com a Lei de nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) apresenta no art. 58 que se entende por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

De acordo com Pletsh (2011, p.42):

O sistema educacional brasileiro, nos seus três níveis (federal, estadual, municipal), vem sofrendo inúmeras reformas para assegurar o ingresso e a permanência na escola de todos. Tais reformas instituíram, entre outras medidas, a obrigatoriedade de matrícula, a idade de ingresso, a duração dos níveis de ensino, os processos nacionais de avaliação do rendimento escolar, as diretrizes curriculares nacionais e as definições para a escolarização dos alunos com necessidades especiais.

Para Floriani (2017), é necessário que as escolas ofereçam possibilidades de uma proposta inclusiva para garantir de fato uma escolarização de sucesso para as crianças na condição de atrasos motor, cognitivo e neurológicas por serem acometidas pela microcefalia.

O relato da mãe destaca que já enfrentou dificuldades para incluir os seus filhos gêmeos na mesma escola de ensino regular por apresentar tais necessidades, um por ter a microcefalia e o outro por apresentar hiperatividade. Com a procura dos direitos para seus filhos hoje se tornou mais fácil e estudam na mesma escola, um pela manhã e outro à tarde. Mas para matricular o John sempre foi mais difícil por apresentar a microcefalia como algo não muito bem compreendido pelas pessoas.

*Já tive dificuldades, um dia ele chegou na escola e foi pegar na mão da professora e ela disse que não ia pegar na mão dele por que ele babava e por medo, isso me doeu tanto, eu quis denunciar a creche e a diretoria disse para não fazer isso que ela ia resolver essa situação, mas eu não quis mais ela como professora dele e mudei de escola (SOL).*

A inclusão é um direito garantido por lei a todas as pessoas com algum tipo de deficiência, e a escola como espaço de formação e construção de conhecimentos deve garantir todos os seus direitos legais e deveres na inclusão destes alunos com deficiência.

*Na escola nova dele eu não tive dificuldades. Mas eu corri atrás da vaga dele, conheceram o caso dele, e a diretora dele falou assim, nós temos que ajudar essas crianças, e que eles precisam de amor e carinho. É muito difícil você chegar a uma escolar e o diretor falar isso. Então essa vida dele de sete anos que passou pelas outras escolas junto ao irmão dele foi muito difícil (SOL).*

Vale ressaltar que as escolas tenham a preocupação de inclusão das crianças com deficiência a frente do sistema comum de ensino, e que essa posição venha cada vez mais ganhar seu espaço no cenário brasileiro a partir das políticas de inclusão de acordo com as diretrizes educacionais estabelecidas dentre outras reformulações, desta forma sendo capaz de atender todas as especificidades das crianças e garantindo uma escolarização de qualidade (PLETSCH, 2011).

### **3.6 Preconceito na escola**

No momento que é perguntado para a mãe se seu filho sofreu ou sofre algum tipo de preconceito na escola, percebeu-se resistência em responder à questão, sendo perceptível que a cada momento relatado até aqui por ela, mostra que lutou e enfrentou a sociedade preconceituosa.

*Antes sim ele já sofreu. Mas nessa escola não, até esse momento não graças a Deus. Até porque se houver o pessoal da escola chama e conversa, a escola ensina para todas as crianças que não pode maltratar, tem que respeitar independente as diferenças. [...] foi muito difícil no início quando ele chegou à turma. A turma praticamente teve tipo uma rejeição com ele, as crianças não aceitavam e ao mesmo tempo o excluía (SOL).*

Pacheco e Alves (2007, p.243), destacam que “O preconceito pode gerar na pessoa com deficiência sentimento de baixa auto-estima, dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, prejudicando a qualidade de vida destas pessoas”. É evidente na sociedade que ainda é recorrente a presença do preconceito, anulando a interação das PCDs.

*Eu ensino o meu filho e a escola também, trabalha neles a vida para sociedade, porque hoje em dia você entrar no lugar e vê uma criança especial ser bem atendida, é muito difícil, não só ele como criança deficiente, mas, uma pessoa idosa, um cadeirante e as calçadas não são apropriados para eles, até para meu filho que tem dificuldade de caminhar (SOL).*

Ser aceito pela sociedade pelas diferenças é a uma luta contínua e diária, não somente as pessoas com deficiência, e sim a todas que precisam de um olhar diferenciado na perspectiva de inclusão. Para Ferreira (2009, p.30), “Tanto a discriminação negativa

quanto a positiva acontecem nas escolas, contudo, a negativa ainda prevalece e prejudica a inclusão de pessoas com deficiência na rede de ensino e na vida escolar”. Assim, a escola tem um papel muito importante a passar valores de respeito ao próximo. A fala de Sol aborda a importância da escola sobre o preconceito:

*Hoje em dia a sociedade tem um grande preconceito e a escola ensina os alunos respeitar esse lado. Na escola se sofre preconceito a direção não sabe, porque se a direção da escola vê eles chamam a atenção, conversa com os pais, então não é permitida, a escola ensina respeito, isso tem que vim em primeiro lugar, se não tiver respeito não tem nada (SOL).*

Ter o direito de não ser discriminado, colocar em condições de escolarização, ter acesso aos recursos e aos apoios que os coloca em condições para estudar mostra que o sistema educativo precisa possibilitar seus acessos de igualdade para se chegar a possível mudança (FERREIRA, 2009). Os processos de mudanças e aceitação do próximo sem discriminar ou inferiorizar alguém que tenha suas especificidades especiais, são muitos significativos e admiráveis, principalmente para a mãe que sempre está à frente das questões de luta do filho, onde se encontra ao meio a este processo de preconceitos e discriminações cotidianas, sendo na escola ou na sociedade.

### **3.7 Impacto docente ao trabalhar com criança com deficiência em sala de aula**

A professora participante Mary relatou o seu primeiro impacto ao saber que iria trabalhar com uma criança que tem microcefalia, se tornando um desafio para ela, pois não sabia do que se tratava realmente.

*Pra mim foi difícil porque eu não tinha conhecimento, não tenho nenhuma formação a respeito da área, teve momentos que eu quis desistir. Mas eu busquei várias leituras e artigos que tratava sobre essa malformação, a microcefalia, e comecei a trabalhar. Foi quando eu fiz um planejamento para trabalhar com ele na sala de aula e esse planejamento me ajudou muito (MARY).*

O papel do professor como mediador e facilitador na educação, vai muito além dessa perspectiva, pois envolve entender as questões individuais de todos os alunos, incluindo os que têm deficiência. Desta forma, a formação do docente na área da educação especial é importante para lhe dá suporte para trabalhar com esses desafios, e que se encontrem preparados para atuar em sala de aula.

A formação docente é um aspecto considerado substancial quando se fala em receber estudantes com NEEs nas escolas comuns, tendo em vista que, além de garantir o acesso, é necessário buscar metodologias capazes de promover a aprendizagem efetiva para todos. É o professor que faz o diálogo entre as diferenças existentes em sala de aula e, por isso, é de extrema importância pensar,

avaliar e reformular o processo de formação deste profissional (MATIAS; SOUZA, 2014, p.97).

Diante desta nova realidade em sala de aula, Silva e Arruda (2014) ressaltam que, ao saber da situação proposta conseqüentemente o impacto é grande para o professor, podendo causar medo, ansiedade, preocupação demonstrando certa insegurança, em relação à sua inexperiência, talvez um preconceito por não ter o devido conhecimento e informações diretamente do caso, já que nos curso superior aprendeu apenas a lidar com a teoria e não teve acesso às práticas pedagógicas, diretamente com os alunos especiais.

É necessário pensar que este aluno com deficiência deve de fato está incluído em sala de aula, não somente estando de corpo presente no espaço sem nenhuma interação, mas que tenha seu espaço garantido de aprendizagem também. A professora Mary questiona sobre a inclusão, referindo que:

*Poxa eu tenho que incluir o John! Se é uma inclusão tem que incluir. Porque vejo hoje e acontece muito, de professores se diz está incluído o aluno em sala de aula, mas não se encontra incluído, porque os professores não tem um planejamento para trabalhar com esse aluno. Se o professor não se planejar, o aluno com necessidade especial fica de canto! Vai só empurrado a criança (MARY).*

Silva e Arruda (2014), destacam que os professores devem modificar a sua prática para atender as necessidades desses alunos, porque as disciplinas para os alunos com necessidades educacionais especiais são as mesmas, só que adaptadas à necessidade de cada um.

*Eu nunca tinha trabalhado, busquei leituras, li artigos. Antes, as minhas seqüências didáticas não estavam incluindo ele, eu me perguntei o que vou fazer com John?! Até então eu não sabia o que iria fazer. Fui para casa refletir e busquei mais leituras para me ajudar (MARY).*

Além do impacto de saber que a sala de aula seria ocupada por um aluno com deficiência devido a sua especificidade por ter microcefalia e que isso mudaria a sua rotina, houve a preocupação de como incluir nas atividades de suas disciplinas sendo adaptadas para ele, nesse desafio buscou nas leituras para entender a melhor forma para incluí-lo em seus planejamentos, mas reconhece a sua falha por não estar preparada tecnicamente e por não ter formação na área da educação inclusiva para trabalhar com este aluno.

### **3.8 Alfabetização de uma criança com deficiência e a sua interação no ambiente escolar**

A microcefalia por ser uma malformação do cérebro rara, que acaba afetando de forma comprometedor a criança acometendo várias áreas como a visão, audição, fala, sistema motor e a condição cognitiva, acaba dificultando a sua aprendizagem acordo com o

Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional (COFFITO, 2016). Isso o compromete e o limita no processo de alfabetização e a sua aprendizagem na escola. No relato da professora enfatiza que procura estimular John aos conhecimentos das letras e vogais para que ele comece a identificar e a conhecer o alfabeto:

*Estou alfabetizando o John para adquirir as habilidades. Ele ainda não consegue identificar a letra “A”, mas eu sempre trago as letras para ele, associando com desenho “A” de abelha, “A” de anel e assim vai, então sempre associo as letras com desenhos, e tive êxito (MARY).*

John, de acordo com o relato da professora tem muita dificuldade na aprendizagem por conta do déficit intelectual, na fala e coordenação motora. Diante dessas condições não consegue acompanhar a turma, principalmente pela dificuldade na aprendizagem. Apresentando deficiência intelectual que segundo Zuanetti; Santos; Nascimento; Fukuda (2016, p.204) ressaltam que:

A deficiência intelectual (DI) tem sido apontada como a principal causa do fracasso no desempenho escolar. Ela é definida como uma parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizado essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, faz funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social.

O desempenho do professor é provocar uma atividade intelecto dos alunos que lhes permita construir novos conhecimentos a partir da reconstrução e da reorganização dos que já possuem, os colocando em autonomia para aprender (ALBUQUERQUE, 2010). Porém, Tassoni e Leite (2013, p.262) afirmam que, “as ações do professor, que constituem sua prática pedagógica, afetam a aprendizagem dos alunos e a relação que estes estabelecem com o conhecimento”. A mediação do professor nesse processo de construção de conhecimentos e de aprendizagens do aluno com necessidades especiais é de extrema importância, para que consiga sempre incluí-lo nas atividades, promovendo meios de adaptações para que as ações deste aluno sejam envolvidas e desenvolvidas neste espaço de educação.

Em relação à interação social de John no âmbito escolar, obteve-se progressos se comparado quando entrou na escola, sendo tratado com rejeição pelos seus pares. Mas essas relações foram melhorando de acordo com o tempo, e a professora coloca em evidência que foi a partir da sua atitude em sala de aula que houve mudanças:

*A interação do John em sala de aula está ótima, pois ele já conhece um e outro. Antes as crianças não gostavam, mas partir do momento que eu comecei a abraçar ele, trazer o John pra perto de mim às coisas mudaram [...] a interação dele em sala de aula é muito boa, ele já brinca, por essa parte eu já o avalio,*

*porque ele já está interagindo com a turma e a turma já está interagindo com ele, a turma já se preocupa com ele. Eu sempre converso com eles sobre a diferença [...] eu sempre incluo o John em tudo em que os alunos fazem (MARY).*

Junior e Lima (2011) enfatizam que a presença das PCDs em sala enriquece o conhecimento das outras crianças e do professor, possibilitando a troca de experiências, permitindo ao aluno com deficiência que o seu desenvolvimento seja mais adequado e significativo. A relação com seus pares envolvendo uma interação sem preconceitos, sem discriminações e com respeito, cabe à escola, aos pais e à sociedade de modo geral fazer o papel de repassar os valores morais e éticos para seus filhos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste estudo foi analisar a percepção da mãe e da professora em relação ao processo educacional da criança com microcefalia na escola pública de ensino regular em cidade de Altamira na região da Transamazônica-Xingu/ Pará. Neste estudo, tanto a mãe quanto a professora apresentam percepções positiva diante do processo de escolarização de John, mesmo sem dispor de uma rede de suporte social, como no caso da mãe, ou sem formação especializada como no caso da docente. Ressalta-se que a falta de formação docente é um problema que muitos professores brasileiros enfrentam quando se refere a uma criança com necessidade especial, principalmente os do norte do país.

A escola como espaço de diversidades entre as pessoas deve-se encontrar preparada para a inclusão de alunos com múltiplas deficiências, criando condições e garantindo o direito à permanência de acordo com as leis em vigor, e que se sintam acolhidos sem discriminação e preconceito por partes de todos em sua volta. John, mesmo diante de todas as sequelas ocasionadas pela microcefalia está recebendo estimulação cognitiva, contando com o apoio incondicional de sua mãe quanto o esforço e a dedicação de sua professora.

Ressalte-se que, em uma região de poucos recursos terapêuticos às pessoas com deficiência, como na Transamazônica-Xingu, a instituição especializada de Altamira/Pará desempenha um papel fundamental devendo assim receber todos os recursos de que necessita para continuar em funcionamento, pois promove a inclusão de pessoas com deficiência, principalmente daquelas menos favorecidas socialmente.

Como dificuldade pode-se destacar uma carência bibliográfica no que diz respeito à escolarização de crianças com microcefalia no ensino regular, pois são poucos referências relacionadas à área da educação. Espera-se que este estudo possa subsidiar estudos de

intervenção que visem à formação docente para trabalhar com crianças com microcefalia no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. Processo ensino- aprendizagem: características do professor eficaz. **Millenium**; p.39-55. 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, C. N. et al. Atenção Pré-natal na Voz das Gestantes. **Revista de Enfermagem UFPE on line**. Recife, p.4354-4363. Jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11674/13851>. Acesso em: 5 de dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis**. Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC). Brasília, 2016a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika [recurso eletrônico]**. Brasília, 2016b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis**. Protocolo de Vigilância e resposta à ocorrência e microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika. Brasília, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146/2015, de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 21 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

COFFITO. Sistema COFFITO/CREFITOs. Diagnóstico: Microcefalia, E agora?. 2016, p.12. Disponível em: [http://coffito.gov.br/nsite/wp-content/uploads/comunicacao/materialDownload/CartilhaMicrocefalia\\_Final.pdf](http://coffito.gov.br/nsite/wp-content/uploads/comunicacao/materialDownload/CartilhaMicrocefalia_Final.pdf). Acesso em: 19 out. 2017.

FÉLIX, V.P. S. R; FARIAS, A. M. **Microcefalia: o filho real e as mudanças na dinâmica familiar sob a perspectiva do pai**. IN: II CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. Campina Grande-PB. p, 1-12. 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRBALHO-EV071-MD1-SA13-ID1726-09052017103029.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

- FERREIRA, W.B. Entendendo a Discriminação Contra Estudantes com Deficiência na Escola In: FÁVERO, O. et al. (org.) **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 25-53.
- FLORIANI, M. A. B. o efeito Zika Vírus e suas implicações na educação infantil. **Revista Maiêutica**, Indaial, v.5, n.1, p. 83-87, 2017.
- FRANCO, V. Paixão-dor-paixão: pathos, luto e melancolia no nascimento da criança com deficiência. **Rev. Latinoam. Psiciopat. Fund**, São Paulo, 18 (2), 204-220, Jun-2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JUNIOR, J.V; LIMA, A. L. S. A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**. Criciúma, v. 9, n. 1, 2011.
- MARTINS, Q. P. M. et al. Conhecimentos de gestantes no pre-natal: evidências para o cuidado de enfermagem. **Revista de Políticas Públicas**. SANARE, Sobral, v.14, n.2, p.65-71. Jul-dez, 2015. Disponível em:  
<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/viewFile/827/498>. Acesso em: 14 de nov. 2017.
- MATIAS, F. S; SOUZA, S. F. A Formação docente e o processo de inclusão dos alunos necessidades educacionais especiais. **Paidéia r, do cur, de ped da fac de Ci. Hum. Soc. E da Saú**. Univ. Fumec, Belo Horizonte. N.17, p.85-107. Jul-dez. 2014.
- NUNES, M.L. et al. Microcephaly and zika vírus: a clinical and epidemiological analysis of the current outbreak in Brazil. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, p. 230-240, 2016.
- NORBERT, A. A. F. et al. A Importância da Estimulação Precoce na Microcefalia. **Salão do conhecimento**, UNIJUÍ. p.1-6. 2016. Disponível em:  
<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/viewFile/6476/5252>. Acesso em: 4 dez. 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em:  
<http://www.who.int/features/qa/zika-pregnancy/pt/>. Acesso em: 17 out. 2017.
- PACHECO, K.M. B; ALVEZ, V.L.R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **ACTA FISIATR**, p.242- 248. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/Downloads/102875-179976-1-SM.pdf>. Acesso: 18 de nov. 2017.
- PLETSCH, M.D. A Dialética da Inclusão/Exclusão nas Políticas Educacionais para Pessoas com Deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). **Revista Teias**, v.12, n.24, p.39- 55. Jan-abr, 2011. Disponível em: [http://www.e-publicacoes\\_teste.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24189/17168](http://www.e-publicacoes_teste.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24189/17168). Acesso em: 17 de nov. de 2017.
- SALES, F. A Influência Familiar no Desenvolvimento das Pessoas com Deficiência. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v.16, n.1-2. Abril de 2017. Disponível em:

<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/viewFile/2360/905>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

SILVA, S. S. D; CARNEIRO, R.U.C. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I?. **RIAEE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 2, p.935-955, 2016.

SILVA, A. P. M; ARRUDA, A.L.M.M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. v. 5, n.1, 2014. Acesso em: 19 de nov. 2017.

SILVEIRA, F.F; NEVES, M.M.B.J. Inclusão Escolar de Criança com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.22, n.1, p. 79-88. Jan-Abr, 2006. Acesso em: 17 de nov. de 2017.

TAQUARY, C. O. B. Direito e desigualdades: Síndrome da alienação parental e aborto paterno. **Revista de Direito de Família e Sucessão**. Brasília. V.2, n.1, p. 94-112. Jan-jul, 2016.

TASSONI, E. C. M; LEITE, S.A.S. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.2, p.262-271. Maio-ago. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/848/84827901014.pdf>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção**. 1994, p.48. Disponível em: [http://redeinclusao.pt/media/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf). Acesso: 22 out. 2017.

ZUANETTI, P.A. et al. Desempenho escolar de crianças com distúrbio de aprendizagem: comparação entre crianças com e sem deficiência intelectual. **Revista Distúrbios Comum**. São Paulo. jun, 2016.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Raquel dos Santos Cardoso**

Formanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação *Campus* de Altamira. E-mail: [raquelcardoso.atm@gmail.com](mailto:raquelcardoso.atm@gmail.com)

### **Priscilla Bellard Mendes de Souza**

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Professora efetiva de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação na UFPA/ *Campus* de Altamira e professora do Programa PARFOR, pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [pribellard@gmail.com](mailto:pribellard@gmail.com)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TCC

O objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso foi analisar a percepção da mãe e da professora no processo de escolarização da criança com microcefalia que frequenta a instituição especializada APAE e o ensino regular na cidade de Altamira na região da Transamazônica-Xingu, Brasil. Dentre os 13 casos notificados foi constatado que apenas uma das 13 crianças acometidas com a microcefalia estudava e se encontrava devidamente matriculado na escola de rede pública de ensino regular fundamental.

A pesquisa permitiu analisar o processo de desenvolvimento da criança desde o recebimento da notícia sobre o diagnóstico de microcefalia, até nos dias de hoje pelos desafios enfrentados para se chegar ao processo de escolarização. A mãe como principal cuidadora mostrou-se bastante empenhada e forte em busca do melhor para seus filhos, passando por muitas questões como, a rejeição do pai após o diagnóstico, sem o apoio familiar no momento tão preciso, discriminação e preconceito, mas em nenhum momento se mostrou fraca diante das situações. É importante ressaltar a persistência da mãe em recorrer os direitos do seu filho, para o acesso e a permanência na escola.

A escola deve encontrar-se preparada de acordo com os decretos e leis que são estabelecidas diante as políticas públicas educacionais que abordam o direito da criança estar na escola, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no sistema regular de ensino. A política educacional deve proporcionar e garantir melhorias e possibilidades, tornando o ambiente escolar de fato inclusivo, sendo necessário reconhecer e respeitar as diferenças dos alunos mediante suas dificuldades, sem discriminação e preconceito, buscando sempre a interação de todos.

No entanto, não é somente pensar nos desafios enfrentados no processo de escolarização da criança com microcefalia na escola, mas a posição da professora diante a inclusão desta criança com deficiência em sala de aula, sendo também importante enfatizar. É necessário à formação continuada dos docentes na educação inclusiva, pois o professor em seu trabalho em sala de aula está sujeito a receber qualquer tipo de criança em suas especificidades, incluindo a deficiência. A criança com microcefalia carrega consigo dificuldades motoras, cognitivas, déficit de atenção entre outros, mas para se ter uma qualidade de ensino na educação dessa criança o professor precisa buscar métodos e didáticas em suas práticas pedagógicas e envolver os alunos na interação social entre eles, fazendo muita diferença para aprendizagens das crianças com deficiências. À vista disso, a formação em si minimiza a insegurança, impotência e desmotivações, ou seja, a não

formação continuada do professor na educação inclusiva acarreta ao impacto de não estar preparado para a realidade em sala de aula, desta forma o impossibilita na construção da aprendizagem deste aluno.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, propôs-se uma reflexão para a minha formação acadêmica, de ir além do que possamos buscar e ampliar sempre os conhecimentos diante da realidade social em que vivemos, não fechando os olhos para o primeiro desafio que aparecer, mas sempre procurar a melhor forma de resolver os problemas que são negligenciados em sala de aula, que se tornam recorrentes no cotidiano escolar principalmente quando se trata das PCDs.

Espera-se que este Trabalho de Conclusão de Curso possa contribuir para melhor compreensão do processo educacional de uma criança com deficiência, e possa subsidiar para mais estudos nessa área, pois são poucas leituras na área da educação se referindo ao assunto de escolarização, e também ressaltando a importância da formação do professor nesta realidade escolar.

**ANEXOS E APÊNDICES**

## ANEXO A- NORMAS DA REVISTA COCAR PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

### REVISTA COCAR NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

#### **Informações Básicas**

A **Revista Cocar** é um periódico semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA, com contribuições de autores do Brasil e do Exterior. Publica trabalhos de ciências humanas, com ênfase em educação, na forma de artigo, relato de pesquisa ou experiências educacionais e resenha de livro.

**Cocar** significa coroa, ornato que rodeia a cabeça, feito de diferentes matérias-primas, cores e formas. É usado pelos índios como enfeite, para identificação das etnias, entre outros significados. No sentido metafórico, podemos compreender o adereço como pensamento, cognição. Para nominar a revista, entendemos o vocábulo como representação de identidades, ordenação, beleza, ou seja, saberes que estão na escola ou fora dela.

Qualis CAPES: B1 Educação e A2 Ensino

A Revista Cocar aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros na área de educação e ciências humanas, com ênfase em educação, inclusão e diversidade cultural, resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.

#### **Foco e Escopo**

A **Revista Cocar** publica trabalhos de ciências humanas, com ênfase em educação, na forma de artigo, relato de pesquisa ou experiências educacionais e resenha de livro.

#### **Políticas de Seção**

A Revista Cocar aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros na área de ciências humanas, com ênfase em educação e diversidade cultural, resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e

periódicos que tenham circulação restrita no Brasil. Com submissões abertas, indexado e com avaliação pelos pares.

- Artigos
- Relatos de Pesquisas

A Revista Cocar também aceita para publicação de resenhas, que devem ter entre 3 e 6 laudas. A digitação e a formatação devem obedecer a mesma orientação dada para os artigos originais. Com submissões abertas, indexado e com avaliação pelos pares.

- Resenhas

### **Processo de Avaliação pelos Pares**

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Comitê Científico ou de Colaboradores Ad hoc. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição à educação e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

### **Periodicidade**

A Revista Cocar é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

### **Política de Acesso Livre**

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

### **Arquivamento**

Esta revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criar arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração.

### **Diretrizes para Autores e Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Os artigos originais (português, espanhol ou inglês) devem ter entre 15 e 20 laudas, digitados em papel A4, fonte Times New Roman, no corpo 12, com espaçamento entre linhas 1,5, margens direita/superior/inferior 2,5cm, margem esquerda 3,0 cm, incluindo referências (contar com Ferramentas do processador de textos Word for windows). Deverão conter resumo (português ou espanhol e inglês), em torno de 10 linhas, com três palavras-chave e keywords.
2. O artigo deve ser inédito e conter no máximo três autores.
3. As menções a autores, no correr do texto devem subordinar-se à forma AUTOR-DATA (NBR 10520/2002), como nos exemplos: Silva (1989); Silva (1989, p.43); (SILVA, 1989) ou (SILVA, 1989, p.95). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data, por exemplo: (GARCIA, 1995a), (GARCIA, 1995b) etc.
4. As transcrições de até 3 linhas devem estar somente entre aspas duplas; se mais de 3 linhas, fonte 10, sem aspas, recuo de 4 cm, espaço simples. Transcrições de falas de informantes devem estar em itálico, espaço simples, fonte 12, recuo de 2 cm.
5. As Referências, alinhadas a esquerda, devem conter exclusivamente os autores citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas atualizadas da ABNT (NBR 6023/2002). Matérias que não contenham as referências ou que as apresentem de forma incorreta não serão consideradas para exame e publicação. Exemplos da aplicação das normas da ABNT encontram-se ao final destas Normas.
6. As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no pé de página (usar comando automático do processador de textos: Inserir/Notas).
7. Os quadros, gráficos, mapas, imagens etc. devem ser apresentados no interior do texto, devendo ser numerados e titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.
8. Exemplos de Referências:  
Livro:  
MOREIRA, Maria da Conceição Ruffeil; CONDURÚ, Marise Teles. Produção

Científica na Universidade: normas para publicação de trabalhos acadêmicos. 2.ed. Belém: Eduepa, 2006.

Artigo de periódico:  
LOUREIRO, Violeta R. Educação e Sociedade na Amazônia em mais de meio século. Revista Cocar. Belém, v.1, n.1, jan-jun, 2007, p.17-58.

Dissertação:

ARAGÃO, Marta Genú Soares. Entre o desejo e o prazer: a criatividade, a aprendizagem. 1998. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP, 1998.

Internet-página:

MEIO ambiente. Disponível em: <<http://www.meioambientehp.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

9. Ao final do texto, o autor deve fornecer dados relativos a sua maior titulação e instituição em que atua, bem como indicar o endereço eletrônico para correspondência.
10. Os textos deverão ser encaminhados on line.
11. Na submissão os autores devem registrar no metadados o nome do artigo em letra minúscula, o resumo, as palavras-chave, o título em inglês em letra minúscula, o abstract e keywords.

É de responsabilidade dos autores qualquer identificação de sujeitos e *locus* de investigação, bem como por situações identificadas como situações de plágio.

Cada autor só poderá submeter e publicar um artigo por ano.

### **Declaração de Direito Autoral**

O envio de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Revista Cocar. A Revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

**APÊNDICE-A TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Ofício. Nº 059/FAE/UFPA  
2017.

Altamira (PA), \_\_\_\_ de novembro de

De: Faculdade de Educação/Pedagogia

Para:

Diretora:

Senhora Diretora,

Solicitamos autorização para que a discente **RAQUEL DOS SANTOS CARDOSO**, matrícula 201403040007, regularmente matriculada no curso de Licenciatura em Pedagogia/2014/Matutino da UFPA, realize atividades de entrevista semiestruturada com docentes desta instituição de ensino. A atividade faz parte da disciplina **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**, orientado pela docente da UFPA Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscilla Berllard Mendes de Souza.

A sua contribuição é fundamental importância para a formação acadêmica dos nossos alunos.

Altamira (PA), \_\_\_\_ de novembro de 2017.

Atenciosamente,

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscilla Bellard Mendes de Souza  
Professora Orientadora

**APÊNDICE-B TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Altamira, Novembro de 2017

À Senhora \_\_\_\_\_

Diretora da Instituição

Eu, \_\_\_\_\_, Diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do município \_\_\_\_\_, confirmo o aceite da pesquisa da graduanda \_\_\_\_\_, regularmente matriculada no 7º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, que será realizada nessa Instituição.

Seu objetivo com a pesquisa é analisar \_\_\_\_\_.

( ) Autorizo a divulgação do nome da escola no relatório da pesquisa e nos demais meios de divulgação em que a pesquisa for veiculada desde que os dados publicados não comprometam sua imagem assim como de seus funcionários e alunos.

( ) Não autorizo a divulgação do nome da escola no relatório da pesquisa e nos demais meios de divulgação em que a pesquisa for veiculada.

---

Diretora da APAE

**APÊNDICE-C TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Eu, \_\_\_\_\_ li e ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa realizada pela graduanda \_\_\_\_\_, da qual participarei. A explicação que recebi esclarece os benefícios da pesquisa e que mesma não me oferece riscos. Entendo que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Estou ciente que os dados coletados serão divulgados. Ainda estou ciente, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

- ( ) Concordo em participar da pesquisa e autorizo a divulgação do meu nome.
- ( ) Concordo em participar da pesquisa, porém solicito garantia do meu total anonimato.

---

Assinatura do entrevistado

---

Pesquisadora

---

Professora Orientadora

Altamira, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**APÊNDICE-D ROTEIRO DE ENTREVISTA****ENTREVISTADA (MÃE)**

Idade:

Escolaridade:

Estado civil:

Quantos filhos:

Profissão:

**POSSÍVEIS CAUSAS QUE PODEM TER OCACIONADO A MICROCEFALIA NA CRIANÇA**

Como foi o período gestacional:

( ) Normal ( ) Com complicações.

Fez todo o acompanhamento no pré-natal?

Doenças infecciosas teve contato:

( ) vírus da zika ( ) dengue ( ) Rubéola ( ) Toxoplasmose ( ) outros.

Sofreu alguma doença ou perturbações durante o parto? Se sim, quais?

---

Foi feito diagnóstico precoce na criança? Ou foi diagnosticado depois de um tempo?

---

**DADOS SOBRE O FILHO COM MICROCEFALIA**

Idade:

Qual instituição frequenta? Público ou privado? Série?

Teve contado com a creche?

Com quantos anos foi à escola?

## **PERGUNTAS PARA A MÃE E DOCENTE**

### **QUESTÕES “MÃE”**

- 1) Qual foi sua reação ao se deparar que seu filho nasceu com microcefalia? Como soube? Quem deu o diagnóstico?
- 2) Quais são os acompanhamentos clínicos que ele faz?
- 3) Faz o acompanhamento com a APAE de Altamira? Como chegou a APAE?
- 4) Quais são os atendimentos feitos pela instituição APAE?
- 5) Teve algum a rejeição da escola ao matricular ele?
- 6) Quais as maiores dificuldades que você enfrentou e enfrenta no processo de escolarização do seu filho?
- 7) Como é a sua relação com a escola?
- 8) Sofre preconceito na escola?

### **QUESTÕES “DOCENTE”**

- 1) Possui alguma formação na área da educação especial?
- 2) Teve qual perspectiva quando soube que iria trabalhar em sala de aula, com uma criança com microcefalia?
- 3) Suas práticas pedagógicas são diferenciadas para este aluno?

- 4) Quais foram às evoluções apresentadas por ele no decorrer da aprendizagem em sala de aula?
- 5) Como o avalia?
- 6) Quais as suas dificuldades?
- 7) A escola se encontra preparada para essa realidade?
- 8) Como é a interação social dele em sala de aula?